



SIMULADO FINAL

SEAD GO

Analista de Gestão Governamental
Licitações e Contratos

Pós-Edital

Simulado

SEAD GO – Analista de Gestão Governamental - Licitações

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso SEAD GO;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEAD-GO-Analista-17-04>

01 – A B C D E	26 – A B C D E	51 – A B C D E	76 – A B C D E
02 – A B C D E	27 – A B C D E	52 – A B C D E	77 – A B C D E
03 – A B C D E	28 – A B C D E	53 – A B C D E	78 – A B C D E
04 – A B C D E	29 – A B C D E	54 – A B C D E	79 – A B C D E
05 – A B C D E	30 – A B C D E	55 – A B C D E	80 – A B C D E
06 – A B C D E	31 – A B C D E	56 – A B C D E	81 – A B C D E
07 – A B C D E	32 – A B C D E	57 – A B C D E	82 – A B C D E
08 – A B C D E	33 – A B C D E	58 – A B C D E	83 – A B C D E
09 – A B C D E	34 – A B C D E	59 – A B C D E	84 – A B C D E
10 – A B C D E	35 – A B C D E	60 – A B C D E	85 – A B C D E
11 – A B C D E	36 – A B C D E	61 – A B C D E	86 – A B C D E
12 – A B C D E	37 – A B C D E	62 – A B C D E	87 – A B C D E
13 – A B C D E	38 – A B C D E	63 – A B C D E	88 – A B C D E
14 – A B C D E	39 – A B C D E	64 – A B C D E	89 – A B C D E
15 – A B C D E	40 – A B C D E	65 – A B C D E	90 – A B C D E
16 – A B C D E	41 – A B C D E	66 – A B C D E	91 – A B C D E
17 – A B C D E	42 – A B C D E	67 – A B C D E	92 – A B C D E
18 – A B C D E	43 – A B C D E	68 – A B C D E	93 – A B C D E
19 – A B C D E	44 – A B C D E	69 – A B C D E	94 – A B C D E
20 – A B C D E	45 – A B C D E	70 – A B C D E	95 – A B C D E
21 – A B C D E	46 – A B C D E	71 – A B C D E	96 – A B C D E
22 – A B C D E	47 – A B C D E	72 – A B C D E	97 – A B C D E
23 – A B C D E	48 – A B C D E	73 – A B C D E	98 – A B C D E
24 – A B C D E	49 – A B C D E	74 – A B C D E	99 – A B C D E
25 – A B C D E	50 – A B C D E	75 – A B C D E	100 – A B C D E

PORTRUGUÊS

Fabricio Dutra

A manutenção de vínculos afetivos, além de ser parte do processo de reintegração, é direito do preso. Um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) mostrou que a taxa de reincidência de detentos casados ou em uma união estável é menor que a de solteiros e viúvos. O mesmo ocorre com aqueles que recebem visitas íntimas na prisão.

Durante três meses, o jornal conversou com egressos que mostram como o apoio de um parceiro é fundamental para o processo de ressocialização. As histórias contam diferentes perspectivas de relações que se constroem no cárcere e como elas se transformam em motivação para uma nova vida fora do crime.

São relatos de quem se conheceu no sistema. Alguns via celular, uma contravenção dentro dos presídios. Outros já namoravam fora das grades e não se separaram mesmo com a distância. Há ainda aqueles que se apaixonaram após terem saído da prisão.

O tema é polêmico. Envolve homicidas, traficantes, estelionatários e ladrões, alguns deles com penas que chegam a 30 anos. Indivíduos que causaram grande sofrimento a outras pessoas e, por isso, acabaram condenados. É correto falar de amor com eles?

Para Leonardo Alves, doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB), o assunto precisa ser discutido: "Construir relacionamentos ainda detido talvez seja tão importante quanto depois de solto, pois quando o indivíduo começa a reconstruir os laços a partir de visitas e ligações, ou quando ele se apaixona por alguém, aquilo dá esperança, dá energia e traz a visão de uma nova possibilidade de vida fora do crime e da prisão".

Mas se ter um parceiro ou uma parceira no amor pode ajudar, os especialistas são unânimes em dizer que a mudança principal no processo de reintegração social precisa começar pelo próprio preso.

Na maioria das vezes, as filas para ver os detentos são formadas por mulheres. São mães, esposas, irmãs e filhas que se dedicam a apoiar os parentes presos. O contrário já é mais difícil. Quando uma mulher está presa, ela dificilmente recebe um visitante masculino.

As visitas garantem a sobrevivência dentro do presídio. Indicam quem vai se manter forte ou não. Ajudam no abastecimento dos detentos e são o único modo de conseguir os tesouros da cadeia: cigarros, celulares e comida gostosa.

01. De acordo com as ideias do texto, é correto inferir que:

- a) O fato de os detentos serem homicidas e estelionatários faz com que a maioria da população lhes negue o direito ao amor.
- b) O amor é o caminho para que os crimes não sejam mais cometidos.
- c) Nenhum preso pode suportar, tranquilamente, a falta completa de calor humano e a ausência absoluta de um pouco de amor.
- d) Para a mulher a realidade é mais difícil, dado que os índices de abandono por parte do parceiro, quando a mulher é presa, é maior.
- e) Construir relacionamentos enquanto detidos é mais importante do que quando soltos para a ressocialização de um preso.

02. Sobre os períodos presentes no texto acima, é correto afirmar que:

- a) Na oração 'A manutenção de vínculos afetivos, além de ser parte do processo de reintegração, é direito do preso.', a vírgula, após 'afetivos' é facultativa.
- b) Na oração 'A manutenção de vínculos afetivos, além de ser parte do processo de reintegração, é direito do preso.', o termo 'de vínculos afetivos' é um objeto indireto.
- c) Na oração 'O mesmo ocorre com aqueles que recebem visitas íntimas na prisão.', o termo 'que' é uma conjunção integrante.
- d) Na oração 'O mesmo ocorre com aqueles que recebem visitas íntimas na prisão.', o termo 'mesmo' se refere ao fato de a taxa de reincidência de detentos casados ou em uma união estável ser menor que a de solteiros e viúvos.
- e) Na oração 'O mesmo ocorre com aqueles que recebem visitas íntimas na prisão.', o termo 'visitantes íntimas' funciona como sujeito.

03. Assinale a opção que contenha um termo que pertença à mesma classe que o termo destacado a seguir:

Um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) mostrou que a taxa de reincidência de detentos casados ou em uma união estável é menor que a de solteiros e viúvos.

- a) Desejo que você seja feliz.
- b) O que você está fazendo com este animal?
- c) Compraram o carro que estava com defeito.
- d) É aqui que ele passou a infância inteira.
- e) Ele tem que entender a verdade.

04. Ajudam no abastecimento dos detentos e são o único modo de conseguir os tesouros da cadeia: cigarros, celulares e comida gostosa.

Sobre o trecho destacado acima, assinale a correta função sintática:

- a) objeto direto
- b) predicativo do sujeito
- c) aposto enumerativo
- d) aposto resumitivo
- e) vocativo

05. Assinale a opção em que a vírgula tenha sido empregada pelo mesmo motivo que na oração a seguir:

‘Na maioria das vezes, as filas para ver os detentos são formadas por mulheres.’

- a) Os policiais a mandaram de volta a Recife, onde foi julgada e condenada a 10 anos e 6 meses de prisão, sendo 3 anos e 6 meses no regime fechado.
- b) Thaise nasceu em Brasília, onde toda a sua família vive.
- c) Em dois meses, ela conheceu sua primeira companheira dentro da cadeia.
- d) Eu não tinha família, não tinha quem me visitasse.
- e) Era uma questão de, sei lá, ter alguém por perto”, relembra.

06. Assinale a opção em que todas as palavras tenham sido acentuadas de acordo com a mesma regra.

- a) Político, poluído, íntegro.
- b) Saúde, último, construído.
- c) é, cipó, café.
- d) água, fácil, sério.
- e) gênero, último, caráter.

07. Um estudo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) mostrou que a taxa de reincidência de detentos casados ou em uma união estável é menor que a de solteiros e viúvos.

No trecho acima, o termo destacado faz referência a:

- a) reincidência
- b) taxa
- c) Universidade
- d) união
- e) Santa Catarina

08. Se o trecho sublinhado a seguir fosse substituído por uma das opções abaixo, em qual delas ocorreria acento de crase:

“Indivíduos que causaram grande sofrimento a outras pessoas.”

- a) uma pessoa.
- b) toda pessoa.
- c) qualquer pessoa.
- d) mesma pessoa.
- e) essa pessoa.

09. Na maioria das vezes, as filas para ver os detentos são formadas por mulheres.

O elemento destacado, sintaticamente, é:

- a) complemento nominal
- b) adjunto adnominal
- c) agente da passiva
- d) sujeito
- e) objeto indireto

10. Outros já namoravam fora das grades e não se separaram mesmo com a distância. Há ainda aqueles que se apaixonaram após terem saído da prisão.

Sobre o trecho acima, é correto substituir o verbo destacado por:

- a) Existe
- b) Tem
- c) Têm
- d) Existem
- e) Deve existir

11. Observe a frase ‘O contrário já é mais difícil’.

Assinale a opção em que o termo ‘difícil’ exerce a mesma função que o termo destacado acima.

- a) O difícil é comprar aquele material.
- b) Meu professor de aritmética escreve muito difícil.
- c) Essa prova difícil causou problema para todos.
- d) Achei essa prova difícil.
- e) Esse texto parece difícil.

12. O termo ‘extenuante’, no primeiro período, não pode ser substituído, com manutenção de sentido, por:

- a) fatigante
- b) exaustiva
- c) cansativa
- d) maravilhosa
- e) debilitante

13. No penúltimo período, a expressão ‘de maneira que’ pode ser corretamente substituída por:

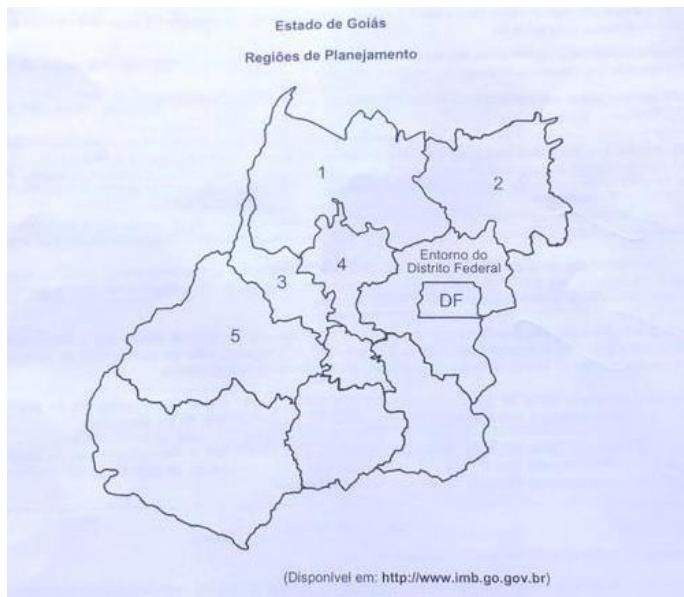
- a) de forma que
- b) haja vista que
- c) na medida em que
- d) à medida que
- e) desde que

REALIDADE ÉTICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRAFIA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO BRASIL

Sérgio Henrique

14. As ações da Companhia Estrada de Ferro de Goiás estabeleceram, no início do século XX, uma ferrovia que

- a) adequou-se ao modelo de substituição de importações instaurado no Brasil nas primeiras décadas do século XX, tornando-se a via de integração entre os novos polos de modernização do Sudeste e do Nordeste.
- b) contribuiu para acentuar o caráter arquipélago da economia brasileira uma vez que, ao priorizar o escoamento da produção econômica regional para o Sul e Sudeste, intensificou o isolamento da Amazônia e a região Nordeste.
- c) permaneceu, até meados da segunda metade do século XX, como principal modal de escoamento dos sistemas produtivos regionais, sendo responsável por 50% da carga transportada.
- d) surgiu pela demanda de vias flexíveis para a circulação de mercadorias com vistas ao mercado interno e de políticas governamentais orientadas por interesse de grandes grupos internacionais em importar produtos agrícolas.
- e) foi instalada seguindo uma lógica externa ao Estado - interesse do capital em se expandir e ocupar o território brasileiro, mas também por articulações políticas de grupos locais interessados na efetivação desse projeto.

15. Considere o mapa e as informações a seguir:

I-A região apresenta uma baixa representatividade na produção agrícola e nos efetivos de rebanhos - em parte justificada pelas restrições impostas pelo meio físico. No conjunto das regiões goianas, esta tem a menor participação no PIB (Produto Interno Bruto) do Estado.

II- A região destaca-se por sua produção mineral e por pertencer à Amazônia Legal, região administrativa e de planejamento da SUDAM.

Trata-se da região indicada no mapa com o número, respectivamente:

- a) 4 e 2.
- b) 5 e 2.
- c) 2 e 1.
- d) 1 e 2.
- e) 3 e 1.

16. Considere as informações abaixo sobre aspectos da urbanização e da agricultura no estado de Goiás:

- I. Goiânia, Aparecida de Goiânia e Anápolis são os municípios mais populosos, enquanto que a soja, o milho e a cana de açúcar foram os produtos agrícolas mais produzidos no estado em 2021.
- II. Em 2021, a agropecuária, apesar de ocupar grande parte do estado e aumentar a produção de grãos, é a menor participação no PIB goiano, enquanto que a indústria representou mais de 20%, ficando para o setor de serviços a participação maior que 60%.
- III. Criada no ano de 1941, a Colônia Nacional Agrícola de Goiás (CANG) fez parte da política expansionista de Getúlio Vargas e resultou no importante crescimento da produção de soja no estado a partir de 1955.
- IV. Em 2021, os animais mais abatidos no estado formam aves e bovinos e representaram cerca de 35% da produção brasileira, consolidando o estado como o mais importante polo agropecuário da região Centro-Oeste.
- V. Há hoje 246 municípios no estado, sendo que entre 1950 e 1960 houve a maior taxa de crescimento de municípios e entre 1970 e 1980 a menor.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I, IV e V.
- b) I, II e V.
- c) II, III e IV.
- d) II, III e V.
- e) I, III E IV.

17. Considere os aspectos da história social do estado de Goiás:

- I. Foi a partir do denominado Ciclo do Ouro, fruto da expansão do movimento das Bandeiras, que Goiás começou efetivamente a ser povoado, sendo a região do rio Paranaíba, no leste do estado, a primeira a ser ocupada nesse contexto.
- II. A região pertenceu à capitania de São Paulo até meados do século XVIII e a designação de Goiás teve origem nos povos indígenas que habitavam a região antes da colonização.
- III. No sudoeste do estado há áreas demarcadas e delimitadas para comunidades quilombolas ou comunidades afrodescendentes, como o Kalunga, por exemplo, que vivem sobretudo da agricultura familiar e do artesanato.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I.
- d) II e III.
- e) I e III.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

18. Em relação à responsabilidade Civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- a) É possível mover ação regressiva contra agente público que tenha causado danos a terceiros, ainda que não tenha agido com dolo ou culpa.
- b) Na teoria do risco administrativo, a culpa exclusiva da vítima não é considerada como causa de exclusão da responsabilidade do Estado.
- c) As pessoas jurídicas de direito privado, ainda que prestadoras de serviços públicos, não respondem objetivamente pelos danos que seus agentes, nessa condição, causarem a terceiros.
- d) A teoria do risco integral impõe ao Estado o dever de reparação de todo e qualquer dano, ainda que não haja concorrência da vítima para sua conclusão.
- e) Para que haja responsabilidade do Estado, é dispensada a demonstração do nexo de causalidade entre a ação do agente e o dano causado.

19. Acerca do Controle da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) O Poder Judiciário, desde que provocado, poderá revogar atos emanados do Poder Executivo.
- b) Para que o controle interno seja provocado, é necessário que a parte provocante seja servidor ou empregado do órgão ou entidade.
- c) Quando o Tribunal de Contas analisa a prestação de contas de uma fundação pública, observa-se uso do controle externo.
- d) Considerando a função típica do Poder Executivo, é obrigatório que possua órgãos de controle interno, sendo essa medida facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário.
- e) Atos políticos ou de governo não são passíveis de controle judicial.

20. A qualificação dada a uma Organização Social dar-se-á por meio de

- a) termo de parceria.
- b) contrato de gestão.
- c) decreto.
- d) termo de colaboração.
- e) termo de fomento.

21. Assinale a alternativa correta consoante as disposições da Lei de Improbidade Administrativa.

- a) Realizar, dolosamente, operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- b) Caso um agente público se recuse a apresentar declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, em virtude do exercício do seu cargo, ser-lhe-á aplicada a pena de advertência.
- c) Perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza constitui ato de improbidade sujeito, dentre outras, à pena de cassação dos direitos políticos.
- d) A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em cinco anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.
- e) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

22. Diz-se do ato administrativo que se limita a certificar ou atestar um fato, ou emitir uma opinião sobre determinado assunto. Assinale a alternativa correta que apresenta o ato descrito.

- a) Ato ordinatório.
- b) Ato negocial.
- c) Ato enunciativo.
- d) Ato normativo.
- e) Ato punitivo.

23. O princípio que determina que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, é o da

- a) autotutela.
- b) razoabilidade.
- c) proporcionalidade.
- d) legalidade.
- e) prescritibilidade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

24. De acordo com as disposições da Constituição Federal, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder, conceder-se-á:

- a) Mandado de Segurança
- b) Mandado de Segurança Coletivo
- c) "Habeas Corpus"
- d) "Habeas Data"
- e) Mandado de Injunção

25. Acerca dos Direitos e Garantias Fundamentais, de acordo com a Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) É livre a manifestação do pensamento, sendo possível o anonimato como forma de garantir o pleno exercício desta garantia.
- b) É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, devendo o poder público estabelecer os critérios para censura ou licença.
- c) É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente de qualquer qualificação ou regulamentação que a lei possa estabelecer.
- d) É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.
- e) É assegurado a todos o acesso à informação e vedado, em qualquer hipótese, o sigilo da fonte.

26. A Constituição Federal determina que a competência para legislar sobre “trânsito e transporte” é

- a) privativa dos municípios.
- b) privativa dos Estados.
- c) privativa da União.
- d) concorrente entre Municípios e Estados.
- e) exclusiva dos Estados.

27. De acordo com a Constituição Federal e considerando as seguintes características:

- Autorizada a criação por lei específica.
- Regime celetista, com equiparação aos funcionários públicos para fins de acumulação de cargos, para fins criminais e para fins de improbidade administrativa.
- Atividade atribuída ao Estado no âmbito social por Lei Complementar (saúde, educação, cultura, meio ambiente, assistência).

É correto afirmar que elas dizem respeito à

- a) Empresa Pública.
- b) Fundação Pública.
- c) Sociedade de Economia Mista.
- d) Organização Social.
- e) Autarquia.

28. De acordo com a Constituição do Estado, ocorrendo a vacância dos cargos de Governador e Vice no último ano do período governamental, serão sucessivamente chamados ao exercício do governo:

- a) o Presidente do Tribunal de Justiça e o Presidente da Assembleia.
- b) o Presidente da Assembleia e o do Tribunal de Justiça.
- c) o Presidente da Assembleia, o do Tribunal de Justiça e o Prefeito da Capital.
- d) o Presidente da Assembleia e o Vice-Presidente da Assembleia.
- e) o Presidente do Tribunal de Justiça, o Presidente da Assembleia e o Vice-Presidente da Assembleia.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Carlos Henrique

29. Carlos Henrique comprou um tablet que custava R\$ 4.000,00 à vista, pagando em duas parcelas:

- a primeira, no ato da compra, no valor de R\$ 2.200,00;
- a segunda, um mês após a compra, no valor de R\$ 2.250,00.

A taxa mensal de juros cobrada de Carlos Henrique nessa compra foi de:

- a) 5%;
- b) 10%;
- c) 15%;
- d) 20%;
- e) 25%.

30. Juan pegou um empréstimo de R\$ 1.500,00 a juros compostos de 10% ao mês para comprar uma televisão. Dois meses depois ele pagou R\$ 815,00 e dois meses após esse pagamento ele liquidou o empréstimo. Qual foi o valor do último pagamento?

- a) R\$ 1210,00
- b) R\$ 1110,00
- c) R\$ 1000,00
- d) R\$ 1150,00
- e) R\$ 960,00

31. Um empréstimo no valor de R\$ 80.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 17.468,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$
- c) $79\% \leq S < 80\%$
- d) $78\% \leq S < 79\%$
- e) $77\% \leq S < 78\%$

32. Em um órgão com 10 servidores, dois têm 40 anos, quatro têm 21 anos, um tem 25 anos e três têm a mesma idade. Sabendo-se que a média aritmética das idades desses 10 servidores é 30 anos, a idade desconhecida é igual a:

- a) 30
- b) 32
- c) 35
- d) 37
- e) 40

33. Dos 36 servidores públicos de um setor do SEAD GO, sabe-se que: apenas 7 são advogados, 22 são do sexo masculino e 11 são mulheres que não são advogadas.

O número de homens que não são advogados é igual a

- a) 15
- b) 16
- c) 17
- d) 18
- e) 19

34. Numa pesquisa realizada com 100 pessoas sobre a forma de se locomoverem para o trabalho, constatou-se que:

- 45 usam ônibus;
 - 51 usam automóvel;
 - 32 usam moto;
 - 18 usam ônibus e automóvel;
 - 22 usam ônibus e moto;
 - 15 usam automóvel e moto;
 - 6 usam os três meios de transporte.
- Analisando os dados apresentados, conclui-se que o número de pessoas que NÃO utiliza nenhum dos três meios de transporte mencionados é
- a) 17.
 - b) 21.
 - c) 23.
 - d) 26.
 - e) 28

35. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.
- e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

36. Qual é a negação da proposição “Alguma lâmpada está acesa e todas as portas estão fechadas”?

- a) Todas as lâmpadas estão apagadas e alguma porta está aberta.
- b) Todas as lâmpadas estão apagadas ou alguma porta está aberta.
- c) Alguma lâmpada está apagada e nenhuma porta está aberta.
- d) Alguma lâmpada está apagada ou nenhuma porta está aberta.
- e) Alguma lâmpada está apagada e todas as portas estão abertas.

O enunciado abaixo refere-se às questões 37 e 38.

Lúcia, uma estudiosa moça, passou para o fisco em primeiro lugar. Resolveu, então, fazer um jantar de comemoração para quatro amigos. Sabe-se que Lúcia possui 12 amigos. Entre os seus amigos estão Karina e Mauro (o namorado da Karina).

37. Certa noite, supondo-se que Karina e Mauro só comparecerão ao jantar juntos, caso sejam convidados, o número máximo de possibilidades para o jantar de Lúcia é:

- a) 120
- b) 180
- c) 215
- d) 240
- e) 255

38. Outra noite, supondo-se que Karina e Mauro tenham brigado e, portanto, não possam ser convidados juntos, o total de jantares que Lúcia pode oferecer nessas condições é:

- a) 420
- b) 450
- c) 480
- d) 495
- e) 500

39. Suponha que 4 livros de Direito Constitucional e 6 livros de Direito Administrativo devam ser acomodados em uma estante, de modo que um fique ao lado do outro. Se dois livros forem escolhidos aleatoriamente entre os 10, então a probabilidade de pelo menos um deles ser de Direito Constitucional é igual a:

- a) 1/3
- b) 2/3
- c) $\frac{3}{4}$
- d) 1/5
- e) 4/5

40. Bia tem 14 bonecas a menos do que Ana, e Carla tem 17 bonecas a menos do que Ana. Se o produto entre o número de bonecas de Bia e o número de bonecas de Carla é igual a 208, essas três meninas têm, juntas, um total de bonecas igual a

- a) 55.
- b) 56.
- c) 57.
- d) 58.
- e) 59.

ORÇAMENTO PÚBLICO

Luciana Marinho

41. Com relação aos princípios que regem a atividade financeira e orçamentária do Estado, assinale a opção correta.

- a) Conforme o princípio da universalidade, obriga-se o registro das receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- b) O princípio da exclusividade determina existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios.
- c) O princípio da unidade delimita o exercício financeiro-orçamentário: período de tempo ao qual a previsão das receitas e a fixação das despesas registradas na LOA irão se referir.
- d) De acordo com o princípio do orçamento bruto, a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.
- e) O princípio da não afetação da receita veda a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, salvo exceções estabelecidas pela própria Constituição Federal.

42. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer diretrizes norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do orçamento público.

Assinale a opção que indica o princípio orçamentário que estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Além disso, que ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

- a) Princípio da Universalidade
- b) Princípio do orçamento bruto
- c) Princípio da não afetação das receitas
- d) Princípio da Exclusividade
- e) Princípio da Legalidade

43. A respeito de conceitos, espécies e natureza jurídica do orçamento público e de princípios orçamentários, julgue os itens a seguir.

I **Todas as receitas previstas e despesas fixadas, em cada exercício financeiro, devem integrar um único documento legal dentro de cada esfera federativa: a Lei Orçamentária Anual (LOA)**

II É considerado exemplo da aplicação do princípio da

transparência determinação ao Governo de publicar

relatórios sobre a execução orçamentária e a gestão

fiscal.

III O princípio da não afetação de receitas veda vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa como, por exemplo, para realização de atividades da administração tributária.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

44. À luz da CF, assinale a opção correta quanto às leis orçamentárias.

- a) A lei que instituir a lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O Poder Executivo publicará, até sessenta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.
- c) O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos enquanto não iniciada a votação na Comissão mista.
- d) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde.
- e) É obrigatória a execução orçamentária e financeira das programações, em montante correspondente a 1,2% da receita corrente líquida prevista no projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

45. No que diz respeito ao PPA, à LDO e à LOA, julgue os itens a seguir.

- I Os planos e programas setoriais, por exemplo, previstos na Constituição serão elaborados em consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Congresso Nacional.
- II Integrará a lei orçamentária anual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os 2 exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais.
- III Os recursos que, em decorrência de voto do projeto de lei orçamentária anual, ficarem sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

46. Relativamente à receita pública e seus conceitos, estágios e fontes, julgue os itens seguintes.

- I O lançamento é o ato da repartição competente, que verifica a procedência do crédito fiscal e a pessoa que lhe é devedora e inscreve o débito desta.
- II O recolhimento corresponde à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente.
- III A arrecadação é a transferência dos valores arrecadados à conta específica do Tesouro, responsável pela administração e controle da arrecadação e programação financeira.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

47. A classificação orçamentária que reflete a estrutura de alocação dos créditos orçamentários e está estruturada em dois níveis hierárquicos: órgão orçamentário e unidade orçamentária é a classificação

- a) Classificação Funcional
- b) Classificação Institucional
- c) Classificação por categoria econômica
- d) Programática
- e) Por identificador de uso

48. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior pode ser verificada mediante consulta ao

- a) Anexo de riscos fiscais que integra o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)
- b) Anexo de metas fiscais que integra o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)
- c) Anexo de metas fiscais que integra o projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA)
- d) O Plano Plurianual (PPA)
- e) A Lei Orçamentária Anual (LOA)

49. A Lei de Responsabilidade Fiscal determina que sejam incluídos na receita corrente líquida do estado os valores, exceto:

- a) Receitas tributárias
- b) Receitas de transferências correntes
- c) Receitas entregues aos Municípios por determinação constitucional
- d) Receitas agropecuárias e industriais
- e) Receitas de contribuições

50. Em matéria de orçamento público, observe características das principais leis que formam seu tripé.

I. **Estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública**

II. Seu projeto será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções.

III. **Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.**

As leis definidas acima são chamadas, respectivamente, de:

- a) Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- c) Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
- d) Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual.

51. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.
- e) conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

52. Na Lei Orçamentária Anual do Ente constou um artigo autorizando a contratação de operação de crédito por antecipação da receita, nos termos da lei.

Este caso constitui uma exceção ao descumprimento do princípio orçamentário da

- a) da exclusividade
- b) da não-vinculação da receita de impostos
- c) do orçamento bruto
- d) da universalidade
- e) da transparência

53. Os montantes arrecadados dentro do exercício financeiro, que aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, porém em geral não provocam efeito sobre o patrimônio líquido, constituem receita

- a) corrente líquida
- b) de serviços
- c) patrimonial
- d) industrial
- e) de capital

54. Um dos conteúdos previstos na LRF acerca da LDO refere-se à elaboração do anexo de riscos fiscais e do anexo de metas fiscais.

O anexo de metas fiscais, além de identificar metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, apresenta também informações relativas à (s)(ao):

- a) evolução do patrimônio líquido
- b) avaliação dos passivos contingentes
- c) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- d) medidas de compensação a renúncias de receita
- e) medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado

55. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), assinale a alternativa correta no que diz respeito ao planejamento do orçamento público e à execução orçamentária e cumprimento das metas.

- a) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei de diretrizes orçamentárias.
- b) A lei orçamentária anual, além das competências constitucionais, disporá também sobre critérios e formas de limitação de empenho.
- c) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional.
- d) Até 60 dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- e) O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados semestralmente.

56. O processo orçamentário no Brasil é revestido de formato legal, principalmente em decorrência dos chamados instrumentos de planejamento.

Um desses instrumentos é a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que disporá sobre, EXCETO:

- a) normas relativas ao controle de custos
- b) condições e exigências para transferências de recursos a entidades privadas
- c) equilíbrio entre receitas e despesas
- d) critérios e forma de limitação de empenho
- e) medidas de compensação a renúncias de receita e aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado

57. Tendo por base a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa correta quanto à despesa pública.

- a) É considerada obrigatória de caráter continuado uma despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
- b) É suficiente e necessário que os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado demonstrem a origem dos recursos para seu custeio.
- c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no ano em referência, adotando-se o regime de competência.
- d) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal"
- e) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida para a União.

LC 123 PARTE EMPRESARIAL, EXCLUÍDO SIMPLES NACIONAL

Cadu Carrilho

58. O enquadramento do empresário ou da sociedade simples ou empresária como microempresa ou empresa de pequeno porte:

- a) implicará alteração, denúncia e restrições em relação a contratos por elas anteriormente firmados.
- b) implicará alteração, denúncia e restrições em relação a contratos por elas anteriormente firmados, o mesmo não se aplicando no caso de desenquadramento.
- c) não implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados.
- d) não implicará alteração, denúncia ou qualquer restrição em relação a contratos por elas anteriormente firmados, embora o desenquadramento tenha tais consequências.
- e) prescinde de registro prévio no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

59. As microempresas e as empresas de pequeno porte são dispensadas:

- a) de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.
- b) da apresentação da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.
- c) das anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS.
- d) da apresentação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.
- e) da apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP.

60. Nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006, toda nova obrigação que atinja as microempresas e empresas de pequeno porte deverá apresentar, no instrumento que a institui, a especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido para cumprimento. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta:

- a) Na referida especificação deverá constar prazo mínimo quando forem necessários procedimentos adicionais para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias à emissão de documentos, realização de vistorias e atendimento das demandas realizadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de cumprir a nova obrigação.
- b) A inobservância, por parte do órgão fiscalizador, dos prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido torna inexigível a nova obrigação até que seja realizada visita para fiscalização orientadora e seja reiniciado o prazo para regularização.
- c) A não observância dos prazos estabelecidos na especificação do tratamento diferenciado e favorecido não fere os direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional da atividade empresarial.
- d) A ausência de especificação do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido não torna a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- e) A ausência da determinação de prazos máximos para que os órgãos fiscalizadores cumpram as medidas necessárias não torna a nova obrigação inexigível para as microempresas e empresas de pequeno porte.

61. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica que participe do capital de outra pessoa jurídica:

- a) Não poderá, em nenhuma hipótese, se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei.
- b) Poderá se beneficiar do tratamento jurídico previsto na referida lei, desde que a receita bruta global ultrapasse R\$ 4.800.000,00 em cada ano-calendário.
- c) Poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei, desde que constituída sob a forma de sociedade por ações.
- d) Poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei quando, por exemplo, sua participação se der no capital de sociedades de garantia solidária que tenham como objetivo social a defesa exclusiva dos interesses econômicos das microempresas e empresas de pequeno porte.
- e) Poderá se beneficiar, em todos os casos, do tratamento jurídico diferenciado previsto na referida lei.

62. A baixa do empresário ou da pessoa jurídica beneficiados pelo tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006:

- a) depende da regularidade de obrigações trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário.
- b) não impede a cobrança de tributos contribuições e respectivas penalidades decorrentes da falta do cumprimento de obrigações, embora impeça lançamentos posteriores.
- c) não impede que, posteriormente, sejam cobrados tributos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da prática de outras irregularidades por parte do empresário, desde que comprovadas em processo judicial.
- d) prejudica a responsabilização do empresário, dos titulares, dos sócios ou dos administradores por obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, apuradas após o ato de extinção.
- e) sua solicitação importa responsabilidade solidária dos empresários, dos titulares, dos sócios e dos administradores pelo período da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

63. Conforme estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e as respectivas agências de fomento, as ICT, os núcleos de inovação tecnológica e as instituições de apoio manterão programas específicos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, tendo como meta a aplicação de, no mínimo:

- a) 10% dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.
- b) 15% dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.
- c) 20% dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.
- d) 40% dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.
- e) 45% dos recursos destinados à inovação para o desenvolvimento de tal atividade nas microempresas ou nas empresas de pequeno porte.

64. O tratamento jurídico diferenciado reservado às microempresas e empresas de pequeno porte impõe deveres aos órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas. Na elaboração de normas de sua competência, os órgãos e entidades envolvidos na abertura e fechamento de empresas, dos 3 (três) âmbitos de governo, buscarão, EXCETO:

- a) a unicidade do processo de registro de empresários e de pessoas jurídicas.
- b) articular as competências próprias com aquelas dos demais membros.
- c) compatibilizar e integrar procedimentos em conjunto.
- d) a duplicidade de exigências.
- e) a unicidade do processo de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.

65. Considera-se empresa de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário, desde aufira, em cada ano-calendário, receita bruta:

- a) inferior a R\$ 360.000,00.
- b) igual ou inferior a R\$ 360.000,00.
- c) igual a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.
- d) superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00.
- e) superior a R\$ 360.000,00 e inferior a R\$ 4.800.000,00.

66. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, exceto a pessoa jurídica:

- a) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica ocorrido no 10º ano-calendário anterior.
- b) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- c) constituída sob a forma de cooperativas.
- d) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior.
- e) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

67. O Comitê Gestor do Simples Nacional, o Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e o Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM são instâncias responsáveis por gerenciar o tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) Ao Fórum Permanente compete tratar sobre o processo de registro e de legalização de empresários e de pessoas jurídicas.
- b) O Comitê Gestor do Simples Nacional, vinculado ao Ministério da Economia, trata dos aspectos tributários.
- c) O Comitê Gestor do Simples Nacional e o Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios serão presididos e coordenados por representantes do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).
- d) Os representantes dos Estados e do Distrito Federal nos Comitês são indicados pelos Governadores.
- e) As deliberações do CGSN serão tomadas por 3/4 (três quartos) dos componentes presentes às reuniões, presenciais ou virtuais, inclusive as decisões que determinem a exclusão de ocupações autorizadas a atuar na qualidade de Microempreendedor Individual (MEI).

68. A empresa de pequeno porte que no decurso do ano-calendário de início de atividade ultrapassar o limite proporcional de receita bruta:

- a) será excluída somente do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.
- b) será excluída somente do Simples Nacional, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.
- c) não será estarão excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, nem do Simples Nacional.
- d) estará excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, bem como do Simples Nacional, com efeitos retroativos ao início de suas atividades.
- e) estará excluída do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, bem como do Simples Nacional, sem efeitos retroativos.

69. Acerca da sociedade de propósito específico de que trata a Lei Complementar nº 123/2006, é correto afirmar:

- a) Não poderão integrar a sociedade de propósito específico as pessoas jurídicas não optantes pelo Simples Nacional.
- b) Não poderá ser constituída como sociedade limitada.
- c) Poderá ser constituída sob a forma de cooperativas, exceto de consumo.
- d) A aquisição de bens destinados à exportação pela sociedade de propósito específico gera direito a créditos relativos a impostos ou contribuições abrangidos pelo Simples Nacional.
- e) Não pode realizar operações de venda de bens adquiridos das microempresas e empresas de pequeno porte que sejam suas sócias para pessoas jurídicas que não sejam suas sócias.

70. Para fins do enquadramento como microempresa e empresa de pequeno porte, a receita bruta auferida não inclui:

- a) o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria.
- b) os descontos incondicionais não concedidos.
- c) o produto da venda de serviços nas operações de conta própria.
- d) o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia.
- e) o produto de vendas canceladas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Antônio Daud

71. Segundo a nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), o prazo mínimo entre a divulgação do aviso de licitação e a data do recebimento das propostas, no caso de alienações de bens públicos pelo maior lance, deverá ser de:

- a) 8 dias úteis.
- b) 10 dias úteis.
- c) 15 dias úteis.
- d) 15 dias.
- e) 25 dias úteis.

72. A Lei 14.133/2021, atualizada pelo Decreto 10.922/20201, define como sendo obra de grande vulto:

- a) toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel e cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
- b) toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel e cujo valor estimado supera R\$ 216.081.640,00 (duzentos e dezesseis milhões oitenta e um mil seiscentos e quarenta reais).
- c) toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, cujo valor estimado supera R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais).
- d) toda atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse para a Administração e que são estabelecidas, por força de lei, como privativas das profissões de arquiteto e engenheiro ou de técnicos especializados, cujo valor estimado supera R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).
- e) toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel e cujo valor estimado supera em trinta vezes o valor limite da modalidade concorrência.

73. Trata-se, segundo a Lei 14.133/2021, de modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance:

- a) leilão.
- b) concorrência.
- c) pregão.
- d) diálogo competitivo.
- e) concurso.

74. É inexigível a licitação, segundo previsto na Lei 14.133/2021, para:

- a) para contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação: a) não surgiram licitantes interessados ou não foram apresentadas propostas válidas; b) as propostas apresentadas consignaram preços manifestamente superiores aos praticados no mercado ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes.
- b) nos casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- c) para contratação de associação de pessoas com deficiência, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgão ou entidade da Administração Pública, para a prestação de serviços, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado e os serviços contratados sejam prestados exclusivamente por pessoas com deficiência.
- d) para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos .
- e) para prestação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização.

75. Assinale hipótese na qual se aplica integralmente a Lei 14.133/2021:

- a) atuação de órgãos dos Poderes Legislativo dos Estados, quando no desempenho de função legiferante.
- b) contratações realizadas por empresas públicas exploradoras de atividade econômica.
- c) contratações realizadas por sociedades de economia mista prestadoras de serviço público.
- d) contratações realizadas por fundos especiais.
- e) contratações que tenham por objeto operação de crédito interno.

76. Segundo prevê expressamente a Lei 14.133/2021, a etapa de habilitação NÃO SE divide em:

- a) jurídica.
- b) técnica.
- c) fiscal, social e trabalhista.
- d) econômico-financeira.
- e) matriz-filial.

77. Segundo a Lei 14.133/2021, na fase de habilitação das licitações NÃO será observada a seguinte disposição:

- a) poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei .
- b) será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento.
- c) serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado .
- d) será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas .
- e) será exigida de todos os licitantes a comprovação capacitação técnico-profissional, possuindo no quadro permanente da licitante, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

78. Compõem o Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas:

- a) 7 representantes da União indicados pelo Presidente da República.
- b) 3 representantes da União indicados pelo Ministro da Economia.
- c) 3 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- d) 2 representantes dos Municípios indicados pela Confederação Nacional de Municípios.
- e) 3 representantes dos Estados e do Distrito Federal indicados pela Confederação Nacional de Secretários de Estado da Saúde.

79. Em relação ao controle dos processos de contratação, é correto asseverar que:

- a) A legislação estabelece expressamente que, como mecanismo de governança, as contratações públicas sejam submetidas a práticas descontinuadas de gestão de riscos e de controle repressivo.
- b) A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a 3 linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle interno da Administração.
- c) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.
- d) Para preservar sua imparcialidade e independência, os tribunais de contas não poderão promover eventos de capacitação para os servidores efetivos e empregados públicos.
- e) Os órgãos de controle deverão fiscalizar a integralidade das licitações realizadas, não podendo utilizar critérios de oportunidade, materialidade, relevância e risco nesta fiscalização.

80. Segundo dispõe a Lei 14.133/2021, do julgamento das propostas em uma licitação caberá recurso no prazo de:

- a) no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de lavratura da respectiva ata.
- b) no prazo de 3 (três) dias, contado da data de lavratura da respectiva ata.
- c) no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data de lavratura da respectiva ata.
- d) no prazo de 5 (cinco) dias, contado da data de lavratura da respectiva ata.
- e) no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de lavratura da respectiva ata.

81. Rodrigo, prefeito de determinado município goiano, deixou de prestar contas, quando estava obrigado a fazê-lo. Considerando que havia evidências de que a omissão teve como finalidade a ocultação de irregularidades e que o prefeito dispunha das condições para o encaminhamento da prestação de contas, é correto afirmar que, de acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, atualizada pela Lei 14.230/2021, Rodrigo poderá ser sancionado com a pena de:

- a) suspensão dos direitos políticos por até 4 anos.
- b) perda da função pública.
- c) pagamento de multa civil de até 24 vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
- d) perda dos bens acrescidos ilicitamente ao seu patrimônio.
- e) multa civil equivalente ao dano causado ao erário.

82. Considerando o acordo de não persecução cível previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

- a) Será celebrado pelo ente federativo lesado, com oitiva do Poder Judiciário.
- b) Dependerá de homologação judicial exclusivamente no caso de o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) Considerará a repercussão social do ato de improbidade.
- d) Permitirá a redução em até 2/3 (dois terços) o valor do dano causado ao erário.
- e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória, em virtude da desconstituição da presunção de inocência em favor do condenado operada pelo respectivo trânsito em julgado.

83. Segundo prevê a lei estadual 17.928/2012, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte em licitações públicas, será assegurado o prazo de regularização de:

- a) 5 (cinco) dias úteis.
- b) 3 (três) dias úteis.
- c) 10 (dez) dias úteis.
- d) 30 (trinta) dias úteis.
- e) 15 (quinze) dias úteis.

84. Segundo dispõe a lei estadual 17.928/2012, a inexecução contratual sujeitará o contratado à multa de mora, sendo que, no caso de descumprimento total da obrigação, esta poderá chegar ao máximo de:

- a) 10% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato.
- b) 15% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato.
- c) 20% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato.
- d) 25% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato.
- e) 30% sobre o valor da nota de empenho ou do contrato.

85. Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, sempre que possível os entes públicos goianos deverão, À EXCEÇÃO DE:

- a) instituir cadastro próprio, para identificar as microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local e/ou regionalmente, com as respectivas linhas de fornecimento, de modo a possibilitar a notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações.
- b) estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas com a estimativa de quantitativo e de data de realização.
- c) padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados de modo a orientar a adequação dos processos produtivos.
- d) evitar especificações que restrinjam a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, quando da definição do objeto da contratação.
- e) permitir a participação de consórcios nas licitações para obras, serviços e fornecimentos.

86. Segundo dispõe a Lei 17.928/2012, a licitação para registro de preços será realizada na modalidade de _____ ou _____, do tipo _____, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

Assinale a alternativa que completa corretamente as lacunas acima:

- a) concorrência / leilão / menor preço.
- b) tomada de preços / pregão / maior desconto.
- c) concorrência / pregão / menor preço.
- d) concorrência / pregão / técnica e preço.
- e) convite / pregão / técnica e preço.

87. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os seguintes critérios, à EXCEÇÃO DE:

- a) atuação conforme a lei e o direito.
- b) atendimento a fins de interesse particular, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- c) objetividade no atendimento do interesse público.
- d) atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- e) divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição Federal.

88. Acerca dos processos administrativos no Estado de Goiás, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.
- b) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.
- c) Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.
- d) Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- e) O recurso administrativo tramitará no máximo por duas instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS

Emerson Bruno

89. De acordo com as disposições da Constituição Estadual, NÃO está dentre os bens do Estado de Goiás.

- a) as terras devolutas não compreendidas entre as da União.
- b) as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à União.
- c) os rios que banhem mais de um Município.

d) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, incluídas, neste caso, as decorrentes de obras da União.

e) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, as decorrentes de obras da União.

90. Conforme previsto na Constituição do Estado, complete as lacunas abaixo.

“A Assembleia Legislativa ou qualquer de suas Comissões poderá convocar Secretários de Estado ou autoridades equivalentes, bem como dirigentes de entidades da administração indireta para prestarem, pessoalmente, no prazo máximo _____, contados do recebimento da convocação, informações sobre assunto previamente determinado, importando, quanto aos dois primeiros, em _____ a ausência não justificada.”

- a) de trinta dias; improbidade administrativa.
- b) de trinta dias; crime de responsabilidade.
- c) de quarenta e cinco dias; crime de responsabilidade.
- d) de vinte dias; improbidade administrativa.
- e) de vinte dias; crime de responsabilidade.

91. De acordo com a Constituição do Estado, a Assembleia Legislativa de Goiás reunir-se-á, anualmente, na Capital do Estado:

- a) de 01 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- b) de 15 de fevereiro a 30 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
- c) de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.
- d) de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.
- e) de 10 de fevereiro a 30 de julho e de 1º de agosto a 20 de dezembro.

92. Na Constituição do Estado de Goiás, o processo legislativo NÃO comprehende a elaboração de:

- a) Medidas Provisórias.

- b) Leis Ordinárias.
- c) Emendas à Constituição.
- d) Decretos Legislativos.
- e) Leis Complementares.

93. Sobre o Poder Executivo na Constituição do Estado, o Governador e o Vice-Governador não poderão, sem licença da Assembleia Legislativa, ausentar-se do Estado ou do País:

- a) por mais de dez dias, sob pena de perda do cargo.
- b) por mais de quinze dias, sob pena de afastamento do cargo.
- c) por mais de trinta dias, sob pena de perda do cargo.
- d) por mais de quinze dias, sob pena de perda do cargo.
- e) por mais de quinze dias, sob pena de afastamento do cargo.

94. De acordo com a Constituição do Estado, NÃO compete privativamente ao Governador do Estado:

- a) nomear os integrantes do quinto constitucional do Tribunal de Justiça e de tribunais que vierem a ser instituídos.
- b) nomear o Procurador-Geral de Justiça e o Procurador-Geral de Contas, dentre os indicados em lista tríplice, na forma da lei.
- c) autorizar a intervenção estadual em Municípios, nos casos e na forma na Constituição do Estado.
- d) solicitar à Assembleia autorização para contrair empréstimos externos e internos.
- e) solicitar intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Executivo, nos termos do art. 36 da Constituição da República.

95. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, os Secretários de Estado serão escolhidos dentre brasileiros maiores de:

- a) 18 anos.
- b) 30 anos.
- c) 35 anos.
- d) 21 anos.

- e) 25 anos.

96. Conforme previsto na Constituição do Estado, são órgãos do Poder Judiciário Estadual, EXCETO:

- a) o Tribunal de Justiça Militar.
- b) os Juízes de Direito.
- c) a Justiça de Paz.
- d) os Conselhos de Justiça Militar.
- e) o Tribunal Regional Eleitoral.

97. São princípios da Administração Pública expressos na Constituição do Estado, EXCETO:

- a) Razoabilidade.
- b) Proporcionalidade.
- c) Motivação.
- d) Impessoalidade.
- e) Finalidade.

98. Sobre os vencimentos dos cargos públicos na Constituição do Estado, marque a afirmativa CORRETA.

- a) os vencimentos do Poder Executivo e do Poder Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.
- b) os vencimentos do Poder Judiciário e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Legislativo.
- c) os vencimentos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.
- d) os vencimentos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Ministério Público.
- e) os vencimentos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Tribunal de Contas do Estado.

99. De acordo com o disposto na Constituição do Estado, os atos de improbidade administrativa importarão:

- a) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- b) a perda dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- c) a suspensão dos direitos políticos, a suspensão da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- d) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- e) a suspensão dos direitos políticos, a suspenção da função pública, a disponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

100. Conforme disposto na Constituição do Estado, o servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente:

- a) com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 80 (oitenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
- b) com proventos integrais, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- c) com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.
- d) com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, na forma de lei complementar.
- e) com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar.

Preencha o gabarito!

[**https://bit.ly/Simulado-SEAD-GO-Analista-17-04**](https://bit.ly/Simulado-SEAD-GO-Analista-17-04)

NÃO É ASSINANTE?

[**https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas**](https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas)

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

[**https://bit.ly/Sistemas-de-Questões**](https://bit.ly/Sistemas-de-Questões)